

Narrativas de (e) trajetórias masculinas no Serviço Social: “uma profissão nova para almas grandes”*

*Edilane Bertelli***

Resumo

Neste artigo buscamos problematizar a “imagem feminina” de que se revestiu, historicamente, a profissão de assistente social, analisando trajetórias de homens no Serviço Social, entre fins da década de 1930 e 1950. A partir da posição de que “gênero” (como lugar e categoria analítica), constitui e atravessa as relações e instituições sociais; que demarca fronteiras, disputas e tensões entre os campos profissionais, bem como entre os sujeitos no interior de um mesmo campo, permitiram-nos re-construir algumas configurações de “gênero” e de “masculinidades”, específicas deste campo profissional, nesse período em que emergiu e se institucionalizou no contexto paulista e brasileiro.

Palavras-chave: História do Serviço Social; Gênero; Masculinidades.

No campo do Serviço Social brasileiro, quando nos remetemos à emergência e à institucionalização da formação especializada, na década de 1930, incontestes são as referências ao “feminino” na literatura específica ou em parte dela pelo menos, e à cidade de São Paulo como cenário da criação, em 1936, da primeira instituição de ensino, a Escola de Serviço Social de São Paulo (ESS/SP), no Brasil. A idéia que vem à tona é a de uma formação e profissão constituída de e pelas mulheres. A “imagem feminina” da e na profissão reitera-se de forma tal que a naturaliza e a homogeneiza.

Tornou-se, em certa medida, uma espécie de “mito fundador”, ou seja, um momento passado “tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, [...] que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido.” (CHAUI, 2000, p.9). As narrativas de assistentes sociais masculinos que ingressaram na formação profissional entre fins da década de 1930 e meados da década de 50, permitiram-nos esboçar esse traçado fixo e universal de que foi revestida e se revestiu essa profissão.¹ Os relatos orais, que visavam a obtenção do testemunho dos entrevistados sobre suas experiências (QUEIROZ, 1983), tiveram por base a memória, que reconstrói, lembra, esquece, omite intencionalmente ou não e evoca o passado a partir do presente... Nessa perspectiva, faço minhas as palavras de Ecléa Bosi (1994, p. 37),

o intuito que me levou a empreendê-la foi registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós. [...]. Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial.

As trajetórias narradas dão-nos conta do encontro inicial com o campo do Serviço Social, enquanto formação e ação profissional, ou antes, que se profissionalizava. Trajetórias iniciadas em tempos,

lugares e posições distintas cujas memórias contaram décadas depois. Ao expor a decisão de outrora de ingressar no curso de Serviço Social, configuram contextos, relações, condições, expectativas, contradições, sentimentos – tecem suas vidas e tantas outras ao mesmo tempo.

A construção dessa “trama” parte das narrativas de seis assistentes sociais masculinos: Luís Carlos Mancini (LM), José Pinheiro Cortez (JC), Raul Leoni (RL), Odair Cretella de Oliveira (OC), Heliton Betetto (HB) e Renato Requiça (RR).

Luís Carlos Mancini tinha 21 anos quando, em 1938, ingressou na primeira turma do curso misto da ESS/SP². Antes, porém, cursava a Faculdade de Direito na cidade do Rio de Janeiro. Propósito interrompido, temporariamente, para regressar a São Paulo, onde residia sua família desde meados da década de 1920, e adentrar num campo de formação e de atividade profissional que principiava os seus passos.

Naqueles anos, em particular nas famílias das camadas médias e altas urbanas, uma das prescrições sociais pertinentes ao masculino era a conquista do diploma universitário, que garantisse uma carreira profissional, com a qual pudesse prover dignamente sua família. Algumas carreiras, redutos masculinos, gozavam maior prestígio social e era para elas, medicina, advocacia e engenharia, que as famílias instavam seus filhos (TRIGO, 1994). Expectativas que, por razões diversas, de ordem pessoal e ou social, nem sempre eram realizadas.

Quando Mancini narra sua inserção no Serviço Social remete-se à criação do Departamento de Assistência Social no Estado de São Paulo, o primeiro criado no Brasil, dirigido por um homem que escolheu um técnico em pesquisa social para ser o diretor técnico do Departamento. Ao implantar este órgão,

descobriu-se que não havia profissionais para integrar o Departamento e promoveram um curso para a formação de pesquisadores sociais. Já tinha sido criada

a Escola de Serviço Social, pelo Centro de Estudos de Ação Social (Ceas). Minha mulher estava nesse curso; juntamente com a Lucy, mulher do Franco Montoro, com Nadir Kfoury, com Helena Junqueira e outras. No ano seguinte, foram escolhidos alguns homens com inclinação social para integrar esse grupo. Eles escolheram um núcleo de pessoas com inclinação para o social e a condição era a pessoa fazer o curso e após dois anos entrar para o Departamento. Fazia-se o curso já para ser funcionário e eu entrei nessa turma (LM).

Configurava-se uma demanda governamental por profissionais especializados nesse campo social, que, para supri-la, requeria não somente qualificação, mas também “homens com inclinação social”.

Não sei nem por que me escolheram; não sei o que os levou a me descobrir como um interessado no social. O fato é que ingressei nessa turma e nos formamos na primeira turma de homens de Serviço Social; a segunda turma no Brasil de assistentes sociais. Formados, nos integramos diretamente no Departamento de Assistência Social (LM).

Diferentemente do que o suposto para a época, a narrativa revela outra intersecção na sua escolha por uma área a qual, como disse, “não sabia de coisa nenhuma”, e como o descobriram interessado pelo social: “mamãe estava com muita vontade que eu voltasse para São Paulo e foi ela que fez algumas diligências” (LM). Não fora, nesse caso, uma escolha pautada no prestígio ou *status* social da profissão.

José Pinheiro Cortez, aos 23 anos de idade, estava no terceiro ano do curso de Direito da Faculdade do Largo São Francisco, na “terra da garoa”, e, na ocasião, era “o dirigente da Faculdade de Direito na JUC”, que “reunia universitários interessados em dar um significado cristão à atividade que exerciam” (JC).

Era fins da década de 1930, quando a Juventude Operária Católica (JUC) foi procurada por um grupo de estudantes³ para

solicitar a criação de uma Escola de Serviço Social, noturna e para rapazes. Conforme disse sobre esse princípio, “foi um simples acidente [...]. Eu me lembro que foi a primeira vez que ouvi falar em Serviço Social” (JC). Como a proposta foi aceita pelos integrantes da JUC, em março de 1940 fundou-se o Instituto de Serviço Social de São Paulo (ISS/SP) para formar assistentes sociais masculinos, pois o curso da ESS/SP era diurno e dificultava a frequência dos jovens interessados nessa área, que, em geral, trabalhavam e ou estudavam.

Nessa época, de absoluto desconhecimento da profissão de Serviço Social, a relação com a Ação Católica impeliu Cortez a participar, não apenas da fundação de uma instituição de ensino nessa área, mas, inclusive, como formador e formando:

acharam que eu deveria ser o responsável pelo setor de monitoria na nova Faculdade. Eu teria a monitoria do Círculo de Estudos da Ação Católica. E, como eu já estava com dois ou três anos de prática, julgaram-me capaz de ser monitor. Então fui para isso designado. Ponderei que seria difícil para mim monitorar a formação de assistentes sociais sem saber o que o Serviço Social era. Então, ao mesmo tempo, eu fui monitor e aluno da primeira turma do Instituto de Serviço Social. Foi essa a primeira vez que eu entrei em contato com o Serviço Social (JC).

Além desses, outros “repertórios” relacionados às relações de gênero concorriam à criação de uma escola masculina, conforme observamos na narrativa de Francisco de Paula Ferreira – aluno da primeira turma mista da ESS/SP; assistente social fundador, secretário e professor do ISS/SP:

Longe de representar uma cisão, uma dispersão de esforços, o Instituto de Serviço Social, fundado há um ano nesta Capital e já no seu 2º ano letivo, trabalha na mesma linha em que a Escola de Serviço Social; em sentido convergente, pois. Sua criação foi a resultante de vários fatores. De um lado, tanto as dirigentes daquela como os alunos que

compunham a 2ª turma de assistentes sociais verificaram a existência de certos inconvenientes em curso destinado indiferentemente a moças e a rapazes. Paralelamente às carreiras de acesso comum a jovens de ambos os sexos, outras carreiras existem mais indicadas, quando não privativas, para a mulher, como as existem para o homem. Este, o ponto de partida que levou à fundação do Instituto.

De outra parte, cada vez mais se fazia sentir a urgente necessidade de formação de trabalhadores sociais especializados para o Serviço Social do Trabalhador, em suas mais variadas modalidades: fiscalização do trabalho, organizações de previdência (mutualismo, seguro social), orientadores sindicais e de obras operárias em geral (clubes operários, colônia de férias, lazeres, cooperativas, bibliotecas), educação popular, alfabetização de adultos e tantas outras, ressalvadas a competência da A.S. para a fiscalização do Trabalho feminino, os sindicatos femininos, etc.

Isto sem falar das possibilidades comuns ao Assistente Social de um e outro sexo, tais como: o Assistente Social junto a uma obra social, uma empresa comercial ou industrial, uma escola, um periódico, uma Secretaria de Estado, um consulado ou uma colônia estrangeira; um serviço social para menores, um estabelecimento correcional ou penal em ambos estes casos, segundo o sexo do necessitado, o A.S. deve ser homem ou mulher; um tribunal, uma comunidade rural, etc., etc. (FERREIRA, 1941, p.13).

Ao mesmo tempo que se delineia o campo institucionalizado da assistência social, constitui-se uma política institucional de gênero tanto na atuação quanto na formação profissional. A qualificação em Serviço Social, portanto, nem sempre era condição suficiente para o exercício da profissão, uma vez que se atribuía alguns setores especiais de atividade apropriadas às assistentes sociais mulheres, e outros, aos homens. Interessante observar também que, a princípio, para algumas atividades, o “sexo” não tinha importância na definição de lugares e espaços socioprofissionais.

A formação católica era uma importante referência na vida de vários, senão muitos, dos candidatos que afluíram ao campo do Serviço Social, em particular, nas décadas de 1930 e 1940. Porém, como as narrativas revelam, os vínculos dos sujeitos masculinos com a Igreja Católica não se constituíram indistintamente e, tampouco, eram extensivos a todos eles.

Em 1944, quando Raul Leoni, aos 23 anos, entrou no curso de Serviço Social do ISS/SP, ele trabalhava no setor de comércio como vendedor em uma grande loja de departamentos – a “Mestre Blagê”. Segundo sua narrativa, as opções que se apresentavam não eram muitas:

Eu trabalhava durante o dia, nunca deixei de trabalhar [...]. Eu queria estudar à noite, mas naquele tempo não tinha no que estudar, ou era escola de comércio – Escola de Comércio Álvares Penteado, lá no São Francisco – como eu tinha trabalhado um pouco no Mestre Blagê, que depois passou a ser a Mesbla, eu não gostava desse ramo (RL).

A Escola de Comércio Álvares Penteado constituía-se desde 1902, quando foi fundada na capital paulista, em uma possibilidade de qualificação técnica, de nível secundário, para aqueles premidos de interesse no campo comercial. A partir de 1931, com a criação da primeira Faculdade de Ciências Econômicas do País, voltou-se também ao ensino superior – mais tarde, em 1949, instituiu-se o primeiro curso de Ciências Contábeis.

Naqueles anos, um dos espaços, diga-se masculino, de sociabilidade de Leoni era um grupo da Juventude Operária Católica (JOC) – criado por integrantes da JUC – onde tomou conhecimento do Serviço Social:

Na ocasião, tinha uma leve ilusão de que o Serviço Social... Estava começando o Serviço Social no ISS (tinha se separado da Escola feminina) e eu tinha uma porção de amigos – naquele tempo, havia uma organização da Ação Católica, a JUC, JOC, JIC – um deles era estudante

de Direito, era da JUC e dizia: “porque que vocês não vão fazer Serviço Social, porque todas as Prefeituras estão dando bolsas de estudos e não sei o que”. Eu disse: bom, então, aí já melhorou. [...] Como não tinha outra opção, nós fomos fazer um curso preparatório – era um grupo de seis; a gente se reunia para estudar e entramos no Instituto (RL).

O relato de Leoni revela o trabalho de divulgação e de arregimentação de candidatos para o curso noturno do ISS/SP desenvolvido por membros da JUC em conjunto com outros homens jovens pertencentes aos segmentos das camadas trabalhadoras. Francisco de Paula Ferreira também se refere ao “problema do recrutamento” para o curso de Serviço Social:

Nem todas as escolas, porém, conhecem o problema: subministram cursos suficientemente conhecidos e qualificam seus diplomados para o exercício de profissões já tão generalizadas, que não é necessário se preocupe a instituição escolar em interessar pessoas nos estudos que proporcionam.

O mesmo não acontece com certos cursos e escolas que constituem novidade no meio: suas finalidades são ignoradas, o diploma que conferem habilita profissionais ou para atividades recebidas com estranheza no meio ou pelo menos o desempenho de determinados misteres cujas possibilidades são vagamente identificadas. (FERREIRA, 1943, p.217)

A dificuldade para solucionar esse problema é atribuída não apenas ao desconhecimento do campo a que se consagra o trabalho do assistente social, mas “diz respeito ao caráter ‘desinteressado’ de que se reveste o trabalho do Assistente Social”. Ou seja,

não obstante o seu característico como profissão, o serviço social, etiológica e logicamente, é uma forma de atividade em que o objetivo do ganho, ainda que legítimo, é relegado para última plana. Por essa razão, a carreira de Assistente Social não pode competir, por exemplo,

com a do economista ou mesmo com a do bacharel em ciências sociais, uma vez que: (i) exige e desenvolve um aguçado senso social e de responsabilidade pelo bem-estar e pela sorte dos indivíduos, das famílias e dos grupos; (ii) coloca o bem do próximo acima dos próprios interesses (FERREIRA, 1943, p.217-218).

A demanda por assistentes sociais masculinos não poderia ser suprida por qualquer homem. O ingresso nessa formação profissional, que era uma novidade para a época, independentemente do “sexo”, pressupunha “atributos especiais” para os sujeitos masculinos.

Raul Leoni revela, também, que, ao mesmo tempo que o Serviço Social se constituía em alternativa de formação profissional, assim se configurava, naquele contexto, por ausência de opções que correspondessem aos seus interesses e condições sociais, coadjuvada pela possibilidade de conseguir uma bolsa de estudo.

Por meio do Decreto n.º 9.970, de 2 de fevereiro de 1942, o Governo do Estado de São Paulo instituía que as prefeituras deveriam enviar e manter alunas na ESS/SP e alunos no ISS/SP durante os três anos de duração do curso, com o propósito de organizar o campo do Serviço Social nos municípios do interior⁴.

Bolsas de estudos foram concedidas, mas não foram indiscriminadamente; direcionavam-se, conforme essa legislação, a candidatos ou candidatas das cidades do interior de São Paulo. Por isso, talvez, o desabafo de Leoni: “no fim das contas, as prefeituras não deram nada; deram para o primeiro grupo”. Se a expectativa inicial ao ingressar no Serviço Social o decepcionou, ao mesmo tempo não significou motivo para a desistência desse campo profissional, que favorecia novos espaços de trabalho para os segmentos masculinos.

As trajetórias narradas revelaram, além do gênero na sua constituição, demarcações de classe entre os assistentes sociais e que imprimiam significados distintos à escolha pela profissão. As oportunidades de profissionalização e ou de acesso ao ensino superior, por exemplo, não eram as mesmas entre esses assistentes

sociais – ainda que fossem maiores para os homens naquele contexto histórico se comparadas às mulheres.

Instituições ligadas ao empresariado industrial e comercial, criadas em meados da década de 1940, constituíram-se num agente importante de financiamento de bolsas para a formação profissional e de incorporação de pessoal nos seus quadros de assistentes sociais, tanto masculinos como femininos. Razão pela qual Odair Cretella de Oliveira, aos 23 anos de idade, se envolveu com o Serviço Social:

Estava, assim, numa entressafra entre ginásio e faculdade, quando eu li no jornal um edital do Sesi acenando com a possibilidade de se fazer um curso em que eles davam uma bolsa de estudos para os estudantes; com possibilidades depois de se tornarem empregados do Sesi, depois, de acordo com a classificação que obtivesse. Como estava numa entressafra e meio indeciso em relação às coisas, fui lá mais pela bolsa de estudos do que por qualquer outra coisa; não sabia bem o que era, mas fui em função da bolsa. Era um curso de auxiliar social. O Sesi estava se fundando naquela época, por aqueles idos, 1946 se não me engano, e estava então preparando pessoal para os seus quadros profissionais. Era um curso de quatro meses, se não me falha a memória, e ligado à área social (OC).

O Serviço Social da Indústria (SESI), instituição de direito privado, foi criado pelo Decreto n.º 9.403, de 25 de junho de 1946, assinado pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Representava uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria que se dispunha a “proporcionar assistência social e melhores condições de habitação, nutrição, higiene ao operariado e, dessa forma, desenvolver o esforço de solidariedade entre empregados e empregadores” (IAMAMOTO E CARVALHO, 1982, p.268). Em face da necessidade de qualificar técnicos para trabalhar nessa área social, o Sesi patrocinou bolsas de estudos para a formação, tanto de auxiliares sociais quanto de assistentes sociais, de forma que se tornou um mobilizador na trajetória de vários profissionais masculinos.

O relato de Odair Cretella mostra, no entanto, a concomitância de outra motivação:

A área social sempre me tocou de uma certa forma; sempre tive uma certa sensibilidade para o social. Eu me entusiasmei com aquele curso que fiz e, então, do interesse pela bolsa passei para um interesse profissional para a carreira de assistente social. Terminei o curso de auxiliar social e fui aproveitado pelo Sesi; passei a integrar os quadros funcionais do Sesi como auxiliar de assistente social. Depois, entrei na Faculdade de Serviço Social, no Instituto de Serviço Social, e fiz o curso regular. (OC).

Aliás, como vimos na exposição de Francisco de Paula Ferreira (1943), um dos critérios para ingressar nessa nova carreira era justamente a necessidade de uma “sensibilidade social”. Nas falas dos assistentes sociais entrevistados, algumas expressões utilizadas para qualificar a inserção no Serviço Social são elucidativas, tais como: sensibilidade social, inclinação social, gosto pelo social.

Diferentemente de Mancini, Cortez e Leoni, a opção de Cretella pelo Serviço Social não foi interseccionada diretamente pela Ação Católica, mesmo porque nunca participou desse movimento naqueles anos de 1940. Nesse aspecto, convergem as trajetórias de Cretella, Betetto e Requixa.

Heliton Betetto morava em Rio Claro, no interior de São Paulo, e estava concluindo o ensino secundário, aos 21 anos. Era o ano de 1953: “meus pais não tinham condições de mandar ninguém para fora para estudar. [...] E a mim, me sobraria, naquele momento, algum emprego em Rio Claro, não tinha tido nunca nenhum porque eu estava o dia inteiro ocupado” (HB).

Nessa época, ouviu, pela primeira vez, referência ao Serviço Social, através de relações de amizade.

Apareceu uma prima – Célia – da Alice, minha mulher, nós éramos colegas de ginásio, de colégio. Estavam começando a aparecer em São Paulo, eu não sabia, fiquei

sabendo muito depois e, enfim, até hoje sei pouco; mas estava começando a criar-se aqueles serviços que tinham o serviço social na expressão: Sesi – Serviço Social da Indústria; Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Sesc – Serviço Social do Comércio; Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. [...] Então essa moça, Célia, sugeriu que eu viesse a São Paulo para participar de um concurso para uma vaga numa Escola, chamava-se Escola, não era de nível superior naquela época ainda, chamada Serviço Social; alguma coisa chamada Serviço Social (HB).

Seu relato evidencia a continuidade da política de formação de profissionais para atuar no campo aberto por essas instituições do empresariado, na década de 1950, mas, como veremos adiante, no relato de Requixa, política essa atravessada, num dado momento, por relações do campo normativo do Serviço Social no contexto brasileiro.

Embora o Serviço Social fosse, segundo Betetto,

uma interrogação na minha cabeça. Na verdade foi uma oportunidade de não ficar naquele ramerrão, naquele patamar em que eu estava, que eu tinha alcançado, não tinha mais outra opção. Então, eu fui bolsista do Sesi, por pouco tempo. (HB).

Significava para Betetto, naquele cenário, uma possibilidade de ascensão social, ainda que duvidosa, porque também desconhecida. Foi aprovado em segundo lugar no ISS/SP, no ano do Quarto Centenário de São Paulo (1954), obtendo uma bolsa do Sesi para custear seus estudos.

Concluído os estudos secundários, Renato Requixa entrou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1947:

Eu era muito jovem. Tinha 17 anos. Com 17 anos a gente não é muito responsável por si mesmo em matéria profissional. Na época, Direito, Medicina e Engenharia eram profissões muito mais conhecidas. Optei pelo

Direito porque ele dava margem a outras profissões. [...] É uma carreira ampla nesse sentido de possibilidades futuras em função do próprio título de bacharel em Direito. Foi o que fiz. Fiz Direito e me formei em 1951 (RR).

Requixa, como Cortez e Mancini, ingressou inicialmente numa carreira profissional de maior reconhecimento social. Chegou a constituir uma sociedade de advogados com amigos, porém não prosseguiu nesse campo:

Em 1953 participei de um concurso, onde procuravam profissionais jovens, com interesses sociais, para trabalharem no Sesc de São Paulo⁵. Tratava-se de um trabalho eminentemente social, dirigido à população comerciária do Estado – o comerciário, trabalhador no comércio e seus dependentes. Entrei para o Sesc em março de 1953. [...]. Em 1958 eu chefiava um setor de trabalho ligado às relações com os sindicatos de comerciários. Nesse ano é apresentado na Câmara Federal um projeto de lei, através do qual todas as chefias em organização de Serviço Social deveriam ser ocupadas por profissionais formados em Serviço Social. os funcionários e funcionárias do Sesc em cargos de chefia não possuíam o curso específico de Serviço Social. A entidade, então, criou estímulos para que as chefias ingressassem nas Faculdades de Serviço Social (RR).

Requixa narra alguns “efeitos” da legislação em curso relativa à legalização do exercício da profissão de assistente social, que “aconteceu” com a Lei n.º 3.252, de 27 de agosto de 1957, na presidência de Juscelino Kubitschek, mas cuja regulamentação não se realizou no prazo de 90 dias conforme o previsto – demoraria alguns anos mais, aos 15 de maio de 1962, pelo Decreto n.º 994⁶⁶

Assim como outros colegas de trabalho do SESC, homens e mulheres, ingressou no curso de Serviço Social: “No começo éramos 12 ou 15. Aí se estabeleceu uma rotina de bolsas de estudos, que mais tarde ampliou-se também para cursos diversos no exterior”

(RR). Sua formação em Serviço Social, iniciada aos 29 anos de idade, diferentemente dos demais sujeitos, foi numa faculdade do Rio de Janeiro.

Conforme sua narrativa,

a profissão de assistente social a gente conhecia, mas de repente fomos surpreendidos com o fato de precisar ser assistente social para garantir a própria posição dentro das instituições. Eu achei que estava correto, afinal de contas era Serviço Social do comércio, Serviço Social da indústria (RR).

Nesse contexto não se tratava de compor o quadro profissional dessas instituições, mas de compô-lo noutras bases, em virtude da legislação específica do campo do Serviço Social. A política adotada pelo SESC, ao mesmo tempo que os estimulava, não os liberava totalmente do cotidiano de trabalho, motivo pelo qual procuravam faculdades de regime flexível.

A constituição de espaços institucionais para compor esse campo fora um mobilizador recorrente em suas experiências, conforme se depreende das narrativas quando se remetem ao porquê de sua escolha profissional. Não menos, porém, eram tocados por uma “inclinação para o social” (LM), uma “cultura que o levou para o Serviço Social” (JC), uma “finalidade boa” (RL), uma “sensibilidade social” (OC), um “gosto pelo social” (RR).

No campo do Serviço Social, no contexto histórico recortado, apresenta-se, em certa medida, a configuração de masculinidades (ALMEIDA, 1995) e de gênero (SCOTT, 1995) que, ao mesmo tempo, reproduz um padrão hegemônico e a ele se contrapõe. Contrapõe-se, porque o “padrão” sustentava a razão como precípua e natural aos homens, e em oposição à sensibilidade, própria da “natureza feminina”, porém agenciada pelos assistentes sociais masculinos como uma qualidade importante. Reproduz, pois, quando tratam do ingresso no Serviço Social, o seu sentido (embora não exclusivo) está no trabalho, em consonância com uma masculinidade

hegemônica que atribuía aos homens à responsabilidade de profissionalização e de participação no mercado de trabalho, de chefe e provedor da família.

As narrativas evidenciam a inexistência de formas exclusivas, homogêneas e coerentes de construção do masculino, ou seja, de como os homens vivenciam suas masculinidades, pois, concordando com Miguel Vale de Almeida (1995, p.128), “‘ser homem’, no dia a dia, na interação social, nas construções ideológicas, nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados”.

Para finalizar (antes, como metáfora), vale dizer que ao nos remetermos às narrativas escritas e publicizadas sobre a “História do Serviço Social”, no Brasil, elas, em geral, carecem de “vozes” – de narrativas, tanto de mulheres quanto de homens, que outrora constituíram e construíram esse campo profissional.

Notas

¹Em novembro de 1952, viera a público o primeiro número da “Revista do Instituto de Serviço Social”. Na contracapa dos três volumes editados lê-se uma breve propaganda do ISS, de onde extraímos o subtítulo deste artigo.

²Professora do Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais e Jurídicas - CCSJ da UNOCHAPECÓ. Doutora em Serviço Social Pela PUC-SP. Edilane Bertelli é doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), professora do Curso de Serviço Social da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ) e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero - Fogueira. Nos últimos anos tem se dedicado ao tema de gênero e masculinidades no campo do Serviço Social.

³As narrativas e reflexões trazidas à tona constituem fragmentos da tese elaborada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social - PUC/SP (2004), sob a orientação da professora Dra. Maria Lucia Rodrigues.

⁴Em março de 1938, na cidade de São Paulo, à mesma época que se realizava a solenidade de colação de grau das primeiras assistentes sociais diplomadas no Brasil, iniciava-se o ano letivo da primeira turma mista da ESS/SP. Os cursos mistos foram instituídos para atender a uma solicitação do Departamento de Serviço Social do Estado de São Paulo – criado em 1935 como Departamento de Assistência Social (cuja denominação mudou em 1938), subordinado à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior – que necessitava para alguns de seus serviços de assistentes sociais masculinos.

⁵Segundo as narrativas, esse grupo era composto de estudantes e formandos do curso de Serviço Social da ESS/SP.

⁶Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1982, p. 178), com base nos relatórios anuais da ESS/SP, afirmam que “a partir de 1941 e durante um largo período, o percentual de

bolsistas raramente é inferior a 30%, chegando, momentaneamente, a se constituir em maioria". Os dados se referem ao número de bolsas fornecidas a alunas da ESS/SP no período de 1945 a 1953, por várias instituições estatais e para-estatais, sem discriminá-las. Tais dados não são mostrados e, tampouco, foram encontrados para os alunos do ISS/SP.

⁵O Serviço Social do Comércio (SESC), instituição de direito privado, foi criado pelo Decreto n.º 9.853, de 1946.

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de Século, 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

FERREIRA, Francisco de Paula. "O Serviço Social em São Paulo". **Serviço Social**, São Paulo, n.29-30, p.12-19, mai./jun. 1941.

_____. "Problemas didáticos e pedagógicos do Instituto de Serviço Social". **Serviço Social**, São Paulo, n.35, p.216-228, dez. 1943.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez; Lima/Peru, Celats, 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo, CERU, FFLCH/USP, 1983.

SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

TRIGO, Maria Helena Bueno. "A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero". In: BRUSCHINI, Cristina & SORJ, Bila (Orgs.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, FCC, 1994.

Abstract

In this article, we try to question the “feminine image” that has historically covered the profession of social workers by analyzing trajectories of men at Social Work in the late 30’s and 50’s. Assuming that gender (as a place and an analytical category) constitutes and goes across the social relations and institutions, delimits borders, disputes and tensions between the professional fields, as well as subjects in the inside of the same realm, we reconstructed some configurations of “gender” and of “masculinity”, characteristic of such a professional field in the period they emerged and became institutions in the Brazilian context of São Paulo.

Keywords: History of Social Service; Gender; Masculinities.